



MULHERES, MIGRANTES E MILITANTES: A BUSCA POR UMA VOZ PRÓPRIA
WOMEN, MIGRANTS AND MILITANTS: THE SEARCH FOR A VOICE OF THEIR OWN
MUJERES, MIGRANTES Y MILITANTES: LA BÚSQUEDA DE UNA VOZ PROPIA

Mohammed ElHajji¹
Claudia Domingues²

 10.21665/2318-3888.v6n11p192-214

RESUMO

No afã de contribuir à compreensão do atual fenômeno de ativismo de mulheres migrantes, o presente trabalho tem por objetivo analisar a construção discursiva histórica da condição da mulher migrante até à experiência de uma das voluntárias do coletivo Equipe de Base Warmis – Convergência das Culturas, um movimento humanista, que tem por missão facilitar e estimular o diálogo entre as culturas, denunciar e lutar contra toda forma de discriminação contra a mulher migrante. Também apresentaremos algumas estações expressivas do processo de luta das mulheres migrantes por agência e autonomia. Antes excluídas, ignoradas e caladas, as mulheres em geral e, as migrantes em particular, se organizam associativamente para disputar seu direito à fala e conquistar a cidadania social, cultural e política. Metodologicamente, longe de se engessar na lógica formal de causalidade linear, a nossa reflexão se estrutura em torno de eixos factuais e conceituais complementares suscetíveis de restituir o significado da problemática em suas diversas dimensões, assim como narrativas de histórias de vida.

Palavras-chave: Gênero. Mulheres. Migrações. Cidadania. Histórias de Vida.

¹ Doutor em Comunicação Social (UFRJ). Professor do PPGCOM/UFRJ e EICOS/UFRJ E-mail: mohahajji@gmail.com.

² Doutoranda em Comunicação (PPGCOM/UERJ). Mestra em Psicanálise Clínica (PPGSA/UERJ). E-mail: claudiambfd@gmail.com.

ABSTRACT

In order to contribute for understanding the current phenomenon of migrants women's activism, the analysis proposed here begins with the historical discursive construction of the female condition and leads to the exemplary case of the collective Warmis - Convergence of Cultures, passing through some expressive situations of the process of migrants women by agency and autonomy. Formerly excluded, ignored and silent, women in general and, migrants in particular, organize themselves associatively to dispute their right to speak and acquire social, cultural and political citizenship. Methodologically, far from being embedded in the formal logic of linear causality, our reflection is structured around complementary factual and conceptual axes that can restore the meaning of the problem in its several dimensions, as well as narratives of life-history.

Keywords: Gender. Women. Migrations. Citizenship. Life-History.

RESUMEN

Con la intención de contribuir a la comprensión del actual fenómeno de activismo de mujeres migrantes, el presente trabajo tiene como objetivo analizar la construcción discursiva histórica de la condición de la mujer migrante por medio de la experiencia de una de las voluntarias del colectivo Equipe de Base Warmis – Convergência das Culturas, un movimiento humanista, que tiene por misión facilitar y estimular el diálogo entre las culturas, denunciar y luchar contra toda forma de discriminación contra la mujer migrante. También presentamos algunas estaciones expresivas del proceso de lucha de las mujeres migrantes por agencia y autonomía. Antes excluidas, ignoradas y calladas, las mujeres en general y, las migrantes en particular, se organizan asociativamente para disputar su derecho a hablar y conquistar la ciudadanía social, cultural y política. Metodológicamente, lejos de encajarse en la lógica formal de causalidad lineal, nuestra reflexión se estructura en torno de ejes factuales y conceptuales complementarios susceptibles de restituir el significado de la problemática en sus diversas dimensiones, así como también narrativas de historias de vida.

Palabras clave: Género. Mujeres. Migraciones. Ciudadanía. Historias de Vida.

Introdução

O fenômeno migratório sempre esteve presente na história da humanidade, os deslocamentos humanos são responsáveis por uma grande parte das mudanças culturais que vem configurando e reconfigurando nossa visão de mundo e nossas práticas sociais. Por outro lado, à medida que as civilizações se desenvolveram através das trocas materiais e simbólicas, os modelos de gênero e as relações entre homens e mulheres, seus papéis e comportamentos sexuais foram se definindo.

A perspectiva do gênero surge, assim, como importante aporte teórico das migrações, na medida em que revela questões latentes, por muito tempo deixadas de lado, em função de uma análise voltada exclusivamente para os aspectos econômicos e laborais das migrações. Metodologicamente, longe de se engessar na lógica formal de causalidade linear, a nossa reflexão se estrutura em torno de eixos factuais e conceituais complementares, suscetíveis de restituir o significado da problemática em suas diversas dimensões; optando, por isso, trabalhar com narrativas de histórias de vida. De fato, acreditamos que, através da pesquisa de relatos, narrativas e fragmentos da vida destas mulheres migrantes, as quais passaram despercebidas pela história tradicional, é possível entrar em contato com o passado e abrir novas possibilidades a respeito de seu futuro, seu cotidiano e suas experiências.

Para tanto, organizamos nossa análise da seguinte maneira: No primeiro tópico, lembramos que a história da Humanidade foi escrita por homens, quando religião e cultura tentaram oprimir e apagar toda forma de autonomia das mulheres. Essa genealogia discursiva vem sendo atualizada e contribui na manutenção de certo imaginário social na percepção e representação das descendentes de Eva. Todavia, não duvidamos que as mulheres, assim como as minorias oprimidas, nunca foram passivas por completo e que, de uma forma ou de outra, sempre mantiveram a sua ousadia e seu instinto de luta ou, pelo menos, sua arte de encontrar brechas e linhas de fuga para sobreviver.

No segundo tópico, focamos o processo de ascensão do feminismo no Ocidente e seus desdobramentos no Brasil, onde a figura da mulher sempre esteve ligada a movimentos e ações sociais. Lembremos, nesse sentido, que o movimento feminista buscou

reivindicar direitos e denunciar as desigualdades sociais em relação ao gênero e à etnia, bem como pleitear a construção de novos espaços de atuação na política e na sociedade. Expomos, em seguida, as dinâmicas de invisibilização social e estética das mulheres migrantes e a redução do fenômeno migratório, estatisticamente inclusive, a uma empreitada masculina. Sabemos que mulheres migrantes aqui chegaram desde a época colonial, mas sua presença foi mais notada nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, em razão das grandes transformações econômicas, sociais e políticas.

Enfim, tentamos demonstrar como as vozes das mulheres migrantes vêm ganhando cada vez mais espaço e visibilidade – a partir de sua organização em coletivos e movimentos sociais. Em termos empíricos, escolhemos a história de vida de uma das voluntárias da Equipe Base Warmis que faz parte do Organismo Internacional Convergência das Culturas – movimento humanista que tem por missão facilitar e estimular o diálogo entre as culturas, denunciar e lutar contra toda forma de discriminação contra a mulher migrante. As reivindicações na pauta do coletivo Equipe Base Warmis buscam acabar com os diversos tipos de violência sofrida pela mulher imigrante dentro do ambiente doméstico, social e cultural, bem como militam pelo direito das mulheres migrantes ao parto humanizado, onde não sofram preconceitos e tenham sua cultura respeitada.

1. Genealogia da exclusão

Eva, a figura mítica que funda a origem da humanidade bíblica e a ordem moral e social que lhe é associada, pode ser considerada como a primeira mulher migrante/refugiada; na medida em que ela foi, segundo a tradição judaico-cristã, expulsa junto com Adão do Jardim do Éden depois de terem tido a “ousadia” de contrariar a ordem divina e provar a fruta da tentação e do conhecimento. Como era de se esperar do imaginário patriarcal daquela época, região e cultura que concebeu tal figura, a culpa toda foi jogada sobre a mulher, o feminino e o que eles representam aos olhos do patriarcado. A sentença do deus masculino não foi nada menos do que “sofrerás muito por causa de teus filhos e

ficarás debaixo da autoridade do marido” – inaugurando um dos mais importantes pilares daquilo que se tornará a civilização ocidental tal como a conhecemos hoje.

Duby (2001) observa que desde o século X, a Igreja, com o objetivo de reforçar seus instrumentos de controle social e político, elaborou um rico *corpus* doutrinal que normatiza os menores detalhes da vida pública e privada da mulher. Uma verdadeira “ordem do discurso” (Cf. FOUCAULT, 1999) eclesial que não deixa dúvidas quanto ao lugar do feminino no mundo, sua condição de subalternidade social e espiritual, e seu destino de dominação incontestado pelo gênero masculino.

Assim, no intuito de “salvar” as almas das mulheres e auxiliá-las a se desviarem do “caminho do mal”, os padres que, inicialmente, pouca atenção davam ao gênero feminino, passaram a escutar e falar sobre e com as mulheres. O que resultará num largo repertório de sermões e prédicas envolvendo as mulheres e a elas destinados; cuja clara finalidade é a aceitação da superioridade da figura masculina para que se possa salvá-las do jugo de seus “pecados”. Afinal, se “o homem é a imagem de Deus, a mulher não é mais que um simulacro” (DUBY, 2001, p. 57).

Assim, fica patente que os escritos sobre a vida e costumes das mulheres deixados pelos padres revelam um cotidiano feminino mais imaginado e fantasiado do que minimamente fiel à realidade observada. Já que a ordem e a disciplina às quais eram submetidos não favoreciam sua aproximação das mulheres, mas sim os afastavam do universo feminino, discursivamente investido de malignidade e temores escatológicos. Eva, pois, ao mesmo tempo os “atraía” e os “amedrontava”. “Eles se afastavam prudentemente das mulheres, ou então as maltratavam zombavam delas, entrincheirados na certeza teimosa de sua superioridade natural” (DUBY, 2001, p. 168). Premissa a partir da qual, Duby (2001) estrutura a sua abordagem hermenêutica dos relatos dos bispos, padres e integrantes da Igreja, no afã de reconstituir a imago das mulheres aos olhos da Igreja.

A obra do bispo Etienne de Fougères constitui, nesse sentido, uma expressão exemplar do imaginário fantástico da Igreja acerca da mulher e do feminino. Em seu *Livre des Manières* (Livro das Maneiras), elaborado no período de 1174 e 1178, sob forma de um longo poema, próximo a um agradável sermão, a mulher parece encarnar em si todas as

suas dimensões possíveis do mal. Organizado sob a forma de um manual de conduta, o livro era destinado às mulheres da alta sociedade, descritas por ele como pecadoras, ociosas e, por isso, mais expostas à perdição, e também serviam de exemplo para disseminar “sementes de guerra” sobre as outras mulheres (DUBY, 2001, p. 13).

O referido manual destaca três vícios inerentes à natureza feminina e que comprovam seu desvio da ordem divina: 1) As práticas culinárias desenvolvidas pelas mulheres e secretamente transmitidas entre elas como algo da ordem da feitiçaria; principalmente quando se trata da preparação de misturas ocultas, manipulações de unguentos e pastas depilatórias que as auxiliam a falsear suas aparências corporais e, assim, enganar os homens. 2) São agressivas, hostis e vingativas para com os maridos escolhidos pela família, sendo sua primeira vingança, traí-los. 3) Sua natureza é afetada por sua malignidade e luxúria sendo inflamadas por um grande apetite sexual.

O livro reserva, ainda, um espaço particular à Eva, apontada como a primeira e principal traidora da humanidade. Ela, a nossa primeira mulher migrante da história, que convenceu Adão/Homem a provar o fruto proibido e, por isso mesmo, só pode merecer o desprezo e a animosidade do Homem – espécie e gênero confundidos. O que nos autoriza a perguntar de que modo essa genealogia discursiva vem sendo atualizada e contribui na manutenção de certo imaginário social, na percepção e representação das descendentes de Eva, as mulheres migrantes – muitas vezes suspeitas por causa de suas práticas culturais incompreensíveis, sua culinária misteriosa e seus cuidados corporais tão exóticos e tão diferentes dos nossos?

De fato, não é mais necessário lembrar que a história da Humanidade foi escrita por homens e que, desde o início, empenhou-se em apagar todas as formas de autonomia das mulheres. Duby se pergunta a este propósito “o que sabemos das mulheres?” (2001, p. 167) e como uma história escrita por homens pode nos ajudar a responder essa pergunta? No entanto, não duvidamos que as mulheres, ao exemplo de todas as minorias oprimidas, nunca foram passivas por completo e que, de uma forma ou de outra, sempre mantiveram a sua ousadia e seu instinto de luta ou, pelo menos, sua arte de encontrar brechas e linhas de fuga para sobreviver – sob o risco de serem vistas e apontadas como bruxas, histéricas, enganadoras e outros atributos acusatórios.

2. Lutas da atualidade

Assim, se esse caldo imaginário continua subtendendo o lugar da mulher no mundo, não há como ignorar que a própria experiência migratória feminina acaba fomentando um verdadeiro laboratório humano, onde novas formas de organização social e de produção de subjetividade tomam forma e viralizam entre a população mundial (MEZZADRA, 2012). Do mesmo modo que as transformações nos eixos sociais (família e instituições) ocorridas, principalmente, no século XX e XXI têm obrigado as sociedades a construir novas relações de gênero e imaginar novos papéis para o feminino e o masculino.

A revolução da mulher foi considerada, com razão, um dos movimentos mais importantes do século XX. A ascensão do feminismo na sociedade ocidental, principalmente a partir dos anos 1960, iniciou uma investigação mais apurada sobre a condição das mulheres no passado, inclusive sobre as mulheres migrantes. Ações e conferências realizadas pelos movimentos sociais tinham e continuam tendo por objetivo provocar o debate sobre *status*, desigualdades e as novas identidades do feminino.

Gohn (2014) lembra que nas últimas décadas do século XX, houve uma maior participação de mulheres nos movimentos sociais, sobretudo à frente de Organizações Não Governamentais (ONGs) e associações comunitárias, dando cada vez mais visibilidade às suas ações enquanto sujeitos sociais e políticos, e inaugurando novas frentes, novos estilos de atuação e novas modalidades de conceber e organizar seus coletivos. Animadas pelo impulso social, político e filosófico iniciado nos anos 60 e consolidado na década seguinte, essas organizações têm se apresentado, em grande parte, na forma de coletivos de novos atores e ativistas sociais que anseiam por mudanças, buscando lutar contra a exclusão social e econômica de segmentos tradicionalmente marginalizados na esfera cultural, social e materialmente menos favorecidos e/ou em situação de risco.

No contexto nacional, ainda que restritos às classes altas da sociedade, os primeiros registros de mulheres lutando, de modo politicamente ordenado, por seus direitos no país podem ser encontrados já no século XIX, no rastro dos movimentos feministas da

Europa e dos Estados Unidos. Conforme Schumacher e Vital (2000), algumas mulheres se tornaram emblemáticas nessa evolução social e política do Brasil:

A escritora nordestina Dionísia Gonçalves Pinto ficou conhecida pelo pseudônimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta. Nascida no Rio Grande do Norte em 1810, a educadora, escritora e poetisa é uma das pioneiras do feminismo no Brasil. Foi provavelmente a primeira mulher no país a publicar livros e artigos na imprensa em defesa dos direitos das mulheres e outros segmentos oprimidos de nossa sociedade, como os índios e os africanos escravizados.

Outra figura importante é a bióloga Bertha Lutz, nascida em São Paulo em 1894, e que teve uma atuação direta na elaboração de leis que deram direito de voto às mulheres e igualdade de direitos políticos nos anos 20 e 30. Ela também participou do comitê elaborador da Constituição, em 1934.

Laudelina de Campos Melo, nascida em 1904 em Minas Gerais, começou a trabalhar como empregada doméstica aos sete anos de idade. Aos 16, deu início à sua atuação em organizações de cunho cultural, sendo eleita presidenta do Clube 13 de Maio – agremiação que promovia atividades recreativas e políticas entre os negros de sua cidade. Foi a fundadora do primeiro sindicato de trabalhadoras domésticas do Brasil.

Outras mulheres deslocadas, escravizadas e arrancadas de sua terra de origem fizeram parte da história de luta do feminismo. É o caso de Luísa Mahin, africana da nação nagô-jeje que diziam ter sido princesa na África. Liberta em 1812, ela sobreviveu trabalhando como quituteira em Salvador, Bahia e participou de todos os levantes dos escravizados que abalaram a Bahia nas primeiras décadas do século XIX, entre eles a Revolta dos Malês, a maior de todas as rebeliões de povos escravizados ocorridas na Bahia entre 1800 e 1940; tendo sido uma das articuladoras do movimento em 1835.

Ernestina Lesina, migrante italiana, anarquista, dedicada à defesa das mulheres operárias, no início do século XX foi uma das fundadoras do jornal operário *Anima Viva* em São Paulo. Ernestina defendeu a emancipação das mulheres e da classe operária e participou da formação da Associação de Costureiras de Sacos, em 1906, lutando pela redução da jornada de trabalho e pela organização sindical.

Como se pode ver, a figura da mulher sempre esteve ligada a movimentos e ações sociais no Brasil, mesmo se, em alguns momentos da História do país, como durante a ditadura militar, a atuação das mulheres ficou, por motivos óbvios, menos explícita. O período de transição entre os anos 1970 e 1980 fez-se valioso, em razão do aparecimento de novos sujeitos sociais e políticos na cena nacional. O momento foi bastante favorável para a participação das mulheres que começaram a reivindicar direitos e denunciar as desigualdades sociais em relação ao gênero e à etnia, bem como pleitear a construção de novos espaços de atuação na política e na sociedade. Após 1985, com o fim do regime autoritário, o movimento se fortaleceu mais ainda com a presença cada vez mais ruidosa de mulheres intelectuais que começaram a escrever, publicar e se expressar publicamente.

Lembremos que é apenas no final dos anos 70 que foi promulgada a Emenda Constitucional nº 9 que regulamenta o divórcio no Brasil, permitindo a extinção dos vínculos do matrimônio e a celebração de novos casamentos. Novidade regulamentada na Constituição Federal de 1988, que também reconheceu outras formas de convivência familiar. Apesar da obviedade de tal fato no contexto atual, tratava-se, à época, de uma verdadeira revolução paradigmática que liberou a mulher do estigma patriarcal do casamento e trouxe a possibilidade de novas construções familiares.

Alonso (2009, p.51) observa que os movimentos iniciados a partir de 1960 não visavam à tomada de poder ou revolução política, mas como a própria noção apontava, eram “movimentos”, ações coordenadas, porém fora da esfera política tradicional. Um novo formato de lutas populares, não mais exclusivas ao operariado e proletariado reivindicando melhores condições de vida e trabalho, mas sim manifestações diversas que envolvem jovens, mulheres, profissionais liberais e artistas – esses “novos sujeitos sociais” em busca de “qualidade” de vida e da inclusão de novas identidades sociais e culturais.

O mesmo autor observa, conforme já estabelecido por Habermas (1981), que esses novos movimentos travavam lutas simbólicas em torno da definição de “boa vida”, amparada na melhoria das estruturas comunicativas, na qualidade de vida e direitos humanos. Ele aponta, assim, o surgimento de inúmeros coletivos prenhes de novos

projetos sociais e culturais, e que almejavam mudanças radicais no plano dos costumes familiares e dos princípios de convívio social.

É nesse âmbito que as vozes femininas começaram a transbordar os limites do recinto doméstico e a expressar novas perspectivas sobre o modo pelo qual a sua condição foi historicamente produzida e que, para a sua desconstrução, era preciso adotar novas coordenadas sociais e políticas, nas quais seu protagonismo não podia mais ser relegado às margens da sociedade organizada. Era necessário reconhecer que as categorias discursivas, que estabeleciam divisões sexuais politicamente favoráveis ao masculino, já não correspondiam mais às demandas sociais da época contemporânea.

O sujeito moderno, conforme aprendemos com Hall (2001), está descentrado e deslocado de seus papéis tradicionais com extrema rapidez, desembocando no atual “sujeito pós-moderno”, reconhecido por sua repulsa a qualquer fixidez identitária. Devido, em parte, à multiplicação e diversificação dos fluxos informativos e humanos decorrentes do processo de globalização, assistimos ao surgimento de novos arranjos identitários e novas formas discursivas de narrativas de si. O que permitiu às vozes femininas adquirirem uma potência inédita, principalmente através de articulações associativas cada vez mais inovadoras.

Quando se trata de mulheres migrantes, o recurso é quase espontâneo e natural. De sororidade genérica a coletivos mais segmentados, a conjugação do fenômeno migratório à sua vertente feminina representa uma experiência particular em termos de mobilidade espacial, mobilização social e comunicação intercultural. Mas, desde quando a gente feminina também é migrante?

3. Ecos (abafados) da História

Primeiro, há de lembrar que a espécie humana sempre migrou, e que as migrações dos grupos humanos são responsáveis por uma grande parte das mudanças culturais que vem configurando e reconfigurando nossa visão de mundo e nossas práticas sociais. Assim, à medida que as civilizações se desenvolveram através das trocas materiais e simbólicas, os modelos de gênero e as relações entre homens e mulheres, seus papéis e

comportamentos sexuais iam se definindo. Nas sociedades patriarcais, destaca Stearns (2015), os homens foram mais valorizados do que as mulheres, pois esse sistema enfatizava a fragilidade e a inferioridade das mulheres, as isolando e, muitas vezes, restringindo a sua aparição em público.

O mesmo autor observa que a ascensão do poder patriarcal e seus desdobramentos sociais e culturais aprofundaram as desigualdades entre homens e mulheres, mas também trouxeram um fardo para o sexo masculino; já que, independentemente da personalidade de cada homem, os machos tinham que assumir papéis dominantes, como tarefas militares e posições de poder em relação às mulheres, mesmo que não fosse de sua escolha. Por outro lado, a consolidação de novas religiões na era pós-clássica, entre 450 e.c. e 1450 e.c., só reforçou a negação à população feminina toda veleidade de autonomia e visibilidade social. De modo geral, na maior parte das sociedades, as mulheres eram afastadas da vida política, marginalizadas e reduzidas a objeto de dominação ou ornamentação do sujeito masculino.

No caso mais específico das mulheres migrantes, apesar delas terem desde sempre deixado seu lar e terra de origem, muitas vezes em razão de arranjos matrimoniais, a História mundial deu maior ênfase ao estudo das migrações masculinas, reduzindo a figura feminina a acompanhante de seus pais, maridos ou parentes de sexo masculino. Desta forma, as mulheres migrantes, mesmo sendo protagonistas do cotidiano de diversos países, foram omitidas pela historiografia oficial.

Conforme observa Peres et al. (2008) a sociedade, por muito tempo, construiu um discurso preconceituoso, pelo qual as mulheres honradas não podiam migrar por vontade própria ou desacompanhadas. A figura central das migrações era o homem; de tal modo que a presença da mulher não era evidenciada nem nas estatísticas. No entanto, fatos históricos menos difundidos e histórias de famílias deixam clara a importância da mulher migrante tanto no processo em si como para o sucesso social do grupo. Vejamos o exemplo de algumas mulheres que migraram sozinhas, ou acompanhadas de familiares, em busca de melhores condições de vida e independência, ou até para fugir da violência sofrida na terra de origem.

Bassanezi (2013) observa que as mulheres chegaram ao Brasil desde a época colonial, mas sua presença foi mais notada no fenômeno chamado “imigração de massa” que teve seu ápice a partir das últimas décadas do século XIX e início do século XX, em razão das grandes transformações econômicas, sociais e políticas que atingiram grande parte da Europa. Muitas mulheres desembarcaram nos portos brasileiros, trazendo em suas bagagens, além de seus pertences pessoais, sua cultura e o desejo de uma vida melhor.

Novas páginas da História têm buscado expor a diversidade dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres, bem como a multiplicidade de definições do que se pode chamar de feminino e masculino e a implicação de tal emaranhado subjetivo à vida social, política e econômica da era contemporânea. Domingues e Maia (2015) apontam que Natali Zemon Davis, no livro *Nas Margens* (1997), reconstituiu com extrema sensibilidade a vida de três mulheres migrantes que se deslocaram com extrema autonomia pelo mundo no século XVII.

Por outro lado, Glikl Bas Judah Leib, Marie de L’Incarnation e Maria Sibylla Merrian conseguiram registrar, com particular destreza e riqueza de detalhes, seu próprio cotidiano e a cultura feminina no século XVII – época na qual a mulher não tinha grande importância na versão masculina da História. Glikl Bas Judah Leib, nascida em Hamburgo em 1646 ou 1647, uma judia religiosa, mas acima de tudo uma mulher de negócios que viajou pela Europa, falava e escrevia em alemão. Uma mulher determinada que, durante trinta anos, escreveu sua autobiografia editorialmente conhecida no final do século XIX, como *Glückel von Hameln* ou *Gluckel de Hameln*. Davis indaga, em sua pesquisa, “que recursos culturais podia dispor uma mulher judia na Europa seiscentista – recursos que ela pudesse utilizar em seu proveito, que fornecessem as notas capazes de fazê-la encontrar a própria voz?” (DAVIS, 1997, p. 17).

A segunda mulher apontada por Davis (1997) é Marie de Guyart, nascida em 1599, na cidade de Tours na França, centro eclesiástico e judiciário da região, em uma época marcada por guerras entre católicos e protestantes. Ainda jovem, no ano de 1631, Marie que era uma mulher de grande talento para escrita e negócios se despediu de sua família e seguiu para o Canadá, deixando seu filho ainda pequeno aos cuidados de sua mãe, para abraçar uma vida de preceitos religiosos, quando se tornou Marie de L’Incarnation.

Enfim, Maria Sibylla Merian, nascida em Frankfurt em 1647, de família protestante, pintora e escritora de grande importância para os estudos de entomologia e botânica, representa um modelo atípico (para aquela época) de mulher cientista e autônoma que viajava desacompanhada e cuja trajetória é repleta de aventuras e descobertas. “Desse trabalho emerge uma mulher curiosa, obstinada, discreta, versátil, que enfrentou uma mudança religiosa e familiar graças a sua ardorosa busca das relações e da beleza existente na natureza” (DAVIS, 1997, p. 133).

Percebe-se que, através da pesquisa de relatos, narrativas e fragmentos da vida destas mulheres migrantes, as quais passaram despercebidas pela história tradicional, é possível entrar em contato com o passado e abrir novas possibilidades a respeito de seu futuro, seu cotidiano e suas experiências. “Antes, a mulher era explicada pelo homem, [...] agora é a própria mulher que se desembrulha, se explica” (TELLES, 2013, p. 671). Desta forma, a visibilidade e a realização de pesquisas em torno e com as mulheres migrantes são de suma importância para entender papéis, relações de gênero, bem como fomentar políticas públicas para as migrantes nos países de destino.

A perspectiva do gênero surge, assim, como importante aporte teórico das migrações internacionais, na medida em que revela questões latentes, por muito tempo deixadas de lado, em função de uma análise voltada exclusivamente para os aspectos econômicos e laborais das migrações internacionais. Conforme já exposto, o migrante era, de antemão definido como homem, sem que se questionasse a importância da presença feminina nos fluxos migratórios e o significado dessa presença para a compreensão do próprio fenômeno migratório (PERES et al., 2008, p. 2).

Cogo (2017), por sua parte, insiste que “a interface gênero-migração situa-se como um campo de estudos recente no âmbito das teorias migratórias, no qual as dinâmicas de feminização das migrações internacionais passam a assumir centralidade” (COGO, 2017, p. 181). E não por menos: a participação feminina nos fluxos migratórios transnacionais já chegou ao marco de 50% da população migrante no mundo, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU) (BOTEGA, 2015, p. 2). O chamado fenômeno de feminização das migrações “evidencia formas, desdobramentos e uma diversidade de condições e circunstâncias a que enfrentam as mulheres em

deslocamento” (Ibid., p. 2). Que seja por motivos econômicos, políticos ou subjetivos, as migrações femininas refletem uma realidade própria a este segmento da sociedade humana. Subemprego, vulnerabilidade e violência de todo tipo – desde a sexual e social até a política e cultural estão entre as ameaças por elas sofridas em sua condição de pessoa deslocada.

Assim, não há como ignorar que a perspectiva de gênero afeta todas as facetas do processo migratório. De acordo com a pesquisa de Danúbia Andrade, “Migrantes homens e mulheres não têm as mesmas oportunidades nas sociedades e nos mercados de trabalho tanto nos países de origem, de trânsito ou de destino” (ANDRADE, 2015, p. 109). Ela explica, que apesar das mulheres obterem mais confiança e autoridade que antes nos processos migratórios, uma grande parte delas continua sendo sujeita à opressão social em geral e machista em particular.

Andrade (2015) também não deixa de lembrar que, até meados de 1970, a mulher esteve praticamente invisível nos estudos sobre migração, em detrimento do fato de que sempre esteve migrando. Os primeiros estudos que abordaram esta temática datam da década de 1970, apontando que as mulheres, de modo geral, desempenhavam papéis coadjuvantes nos projetos migratórios. Elas acompanhavam os pais ou o marido, viviam a situação com passividade e, em caso de não adaptação, estavam reféns dos planos alheios.

Nos anos 1980, o interesse está centrado na figura da mulher migrante inserida no mercado de trabalho, principalmente em razão da maior amplitude do movimento feminista que eclodiu na maior parte do mundo ocidental. Em pauta, os movimentos sociais trouxeram reivindicações importantes em relação a questões referentes à sua vida profissional, às perdas salariais, ao estatuto laboral, às relações familiares, bem como o reconhecimento de formações e de experiências profissionais.

Na década seguinte, as pesquisas também buscaram entender a vida pessoal, subjetiva e afetiva da mulher migrante, levando em conta seu papel como mediadora de integração à cultura do país de destino e/ou como agente de manutenção dos valores e tradições do país de origem. Já, nos últimos anos, constata-se mais intensamente a migração de mulheres sozinhas, sejam elas solteiras ou chefes de família; dado que

acrescentou novos elementos ao fenômeno contemporâneo da migração. Se antes, à mulher era atribuído o domínio da casa e da família, e ao homem destinava-se a vida pública, esta separação ganha hoje tons menos nítidos.

Andrade (2115) conclui, neste sentido, que o projeto migratório feminino vem se fortalecendo enquanto meio de emancipação e autonomia. Além de as mulheres terem ambições econômicas e profissionais cada vez mais fortes, tudo indica que o distanciamento físico das bases familiares e religiosas pode representar uma via rumo à conquista da liberdade. Principalmente para aquelas que são oriundas de culturas conservadoras, patriarcais, machistas e tradicionalistas, onde seu potencial pessoal e seus direitos políticos de cidadania plena não são valorizados.

4. Da cultura de ativismo ao ativismo cultural

Tedeschi e Colling (2014) apontam que a questão de gênero, ou a reivindicação dos direitos humanos para as mulheres, ainda está em construção e a participação das mulheres é fundamental no debate das políticas públicas; principalmente para mulheres negras, rurais e indígenas dupla ou triplamente discriminadas por sua identidade sexual e pertencimento de classe e/ou etnia. Pois, conforme sustenta Crenshaw (2012), temas referentes à interseccionalidade podem servir de ponte entre diversas instituições e eventos para se discutir questões de gênero e de raça e incluí-las nos discursos acerca dos direitos humanos.

De fato, se a invisibilização da mulher migrante foi a regra até um passado recente, hoje, tanto os estudos migratórios como novas perspectivas historiográficas – principalmente aquelas que adotam Micro-História, história oral e as histórias de vida como método, se esforçam em resgatar essa memória densa, complexa e muitas vezes recalcada. Narrativas femininas, na primeira pessoa ou a partir de relatos de primeira mão, que buscam restituir a carga subjetiva do processo migratório e conjugá-la à história do feminino em geral, e suas lutas para conquistar o direito à fala e à expressão de um ponto de vista próprio sobre o mundo.

Como ilustração dessa empreitada ao mesmo tempo sensível e complexa, tentaremos apresentar o exemplo de uma figura ativa e reconhecida dentre os movimentos sociais e políticos em geral e, sobretudo, nos meios associativos femininos e migrantes na cidade de São Paulo. Uma das fundadoras da Equipe de Base Warmis – Convergência das Culturas, Jobana Moya³, ativista social na Bolívia, e que chegou ao Brasil em 2008, como integrante do movimento humanista universal. Seu primeiro contato com a questão migratória foi através das oficinas sobre a violência e uso de drogas que ameaçam as crianças deixadas aos cuidados de familiares pelas mães migrantes.

Uma vez no Brasil, ela começou a frequentar as reuniões da comunidade boliviana que ocorrem na Praça da Kantuta⁴. Lá, ela se deparou com um ambiente predominantemente masculino, onde as mulheres, além de ser minoria, não tinham a mesma liberdade e força de expressão que os homens. “Fala quem grita mais alto!” conta ela sobre seu aprendizado de luta contra as cordas vocais do machismo. Sua experiência mais significativa, todavia, foi quando descobriu toda a discriminação vivenciada pelas bolivianas gestantes – uma síntese eloquente de preconceitos ao mesmo tempo sociais, étnicos e de gênero; a tal ponto que muitas bolivianas preferem retornar à Bolívia quando se aproxima a hora do parto.

Não apenas as parturientes andinas sofrem de sérias dificuldades de inserção no sistema de saúde brasileiro e são, por exemplo, deixadas sistematicamente para trás nas longas filas de espera, mas ainda são submetidas quase que compulsoriamente à cesariana, em função de sua suposta pequena estatura. Fato por elas sentido como uma violência cultural, já que, segundo ela, as mulheres bolivianas estão acostumadas a terem seus filhos através do parto normal. Assim, Jobana Moya (2016) acredita que os órgãos públicos de saúde deveriam tomar em consideração as diferenças culturais e identitárias das mulheres migrantes e seus agentes orientados a respeitar as escolhas também de ordem cultural dessa categoria da população.

³ Trecho de entrevista realizada, em 21 de maio de 2016, com a ativista Jobana Moya, uma das responsáveis pela fundação da Equipe Base Warmis, em 2013.

⁴ A Feira da Kantuta é o local, onde boa parte da comunidade boliviana (e andina em geral) se reúne aos domingos em São Paulo. A concentração oferece barracas de alimentos e especiarias tradicionais, instrumentos típicos de música, conjuntos de danças folclóricas e outros serviços, como a venda de cartões de telefonia, cabelereiros e outros.

É uma das bandeiras de luta da Equipe de Base Warmis junto às autoridades, propondo a organização de oficinas nos hospitais públicos. O intuito não é defender apenas as gestantes bolivianas, mas de difundir uma verdadeira política multicultural que considera a cidadã enquanto sujeito social e cultural e respeita a diferença em todas as suas formas.

Porque na mulher (boliviana) uma doença acontece se você não se desenvolver bem, você passa frio, se chama sobreperto. Então a mulher fica fraca e até pode morrer. Então lá se faz um chá com seu cabelo, suas unhas e se toma. Vamos falando isso para as mulheres para que elas entendam, as enfermeiras e as médicas. Então por exemplo, pelo menos o chá que elas aprendam bem a beber, porque aqui em São Paulo as imigrantes sempre se queixam disso: não, porque meu bebê estava passando frio. Porque nós culturalmente, nos abrigamos muito (MOYA, 2016).

Jobana Moya (2016) conta que foi após participar de uma marcha legalista pelo aborto que lhe ocorreu a ideia de criar um coletivo de mulheres bolivianas em torno da questão da saúde da mulher andina. Porém, em função da capilaridade dos movimentos sociais femininos e sua articulação em rede com as migrantes e refugiadas, logo o grupo foi ampliado para outras mulheres de várias nacionalidades, notadamente chilenas, bolivianas e peruanas. Motivo pelo qual, quando se quis nomear o coletivo, decidiram por Equipe Base Warmis; pois o termo “warmis” significa mulher, tanto na língua Quíchua como Aimara.

A ativista explica que, no início, o coletivo era relativamente fechado, voltado principalmente para as mulheres migrantes. Mas, ao constatar que essas dispunham de pouco tempo para se dedicar às atividades sociais e culturais organizadas pelo Warmis, já que são submetidas à dupla ou tripla jornada de mulher-mãe-trabalhadora, o grupo se abriu para as filhas de migrantes e estudantes estrangeiras. O que, além de ampliar a audiência do coletivo, permite uma maior multiplicação do saber construído e uma divulgação mais eficiente junto à população migrante feminina.

Jobana Moya (2016) esclarece que a Equipe Base Warmis é um movimento social coletivo e não uma ONG. “Mas se conseguimos, nos articulamos, efetivamente, nós conseguimos fazer muito mais que qualquer outra coisa que está aqui em São Paulo”.

Lembra que o movimento social Equipe Base Warmis é parte de “Convergência de Culturas” que é um movimento humanista, internacional, autônomo e articulado, cuja metodologia de ação é norteadada pelos princípios de não violência ativa e não discriminação.

Nós não estamos de acordo com armamento, com guerras e tudo mais. E também quando trabalhamos com nossas voluntárias, fazemos essas capacitações com nossas ferramentas. [...] então nós trabalhamos com essas pessoas, essa metodologia que dá um alinhamento que trata com os demais e você, como que ser tratado de verdade. Para isso, você tem que se sentir igual. Procuramos igualar oportunidades e condições e a não violência e não discriminação que falamos, não é um discurso, tem que partir de você também. Transformar essa violência e esses preconceitos que tem em você. E o movimento humanista tem um trabalho de mais de quarenta anos com oficinas justamente para desconstruir esses modelos. Então, os voluntários, as condições que eles têm para participar conosco é que eles têm que participar das reuniões semanais, onde trabalhamos essas ferramentas (MOYA, 2016).

O coletivo adota uma estratégia plural e diversificada para fazer de Warmis um espaço de circulação de ideias e pessoas, dar voz às mulheres migrantes e otimizar as ações do grupo. Presente de modo criativo e eficiente na mídia digital, comunitária e alternativa, Warmis também recorre a mídias mais tradicionais para registrar suas ações, difundir seus princípios e atrair mais mulheres migrantes ao universo do ativismo social, político e cultural. Do mesmo modo que sempre busca tecer convênios e parcerias com autoridades e órgãos públicos no afã de ganhar mais credibilidade e garantir o sucesso de suas realizações. Como resultado dessa política, Warmis é implicado diretamente em vários projetos sociais e culturais voltados às mulheres migrantes em São Paulo ligados tanto ao Estado como à Prefeitura. À título de exemplo, citamos o projeto de criação de uma cooperativa de economia solidária para ajudar as mulheres a se tornarem economicamente autônomas e autossuficientes, proposto pela Secretaria de Mulheres de São Paulo.

Porque muitas vezes aconteceu de chegar mulheres e falar: olha, quero me separar, sofri uma violência doméstica, tenho uma máquina de costura, sei costurar, mas aonde vou, o que vou fazer. Então... eu não posso falar, vai, sai de tua casa. A única coisa que podemos fazer nesse momento é isso, mas

também vamos encaminhando a outros postos que estão fazendo. [...] E nós vamos articulando então uma frente de mulheres. Claro que essa frente de mulheres muito simbólico, porque se você vê esses movimentos, a mulher imigrante é a única frente que tem (MOYA, 2016).

Longe de querer monopolizar a luta das mulheres migrantes, a palavra de ordem de Warmis é “associar-se”, “constituir coletivos”, “formar redes” e “lutar em grupo”; demonstrando, assim, grande clareza em seus objetivos e o método para alcança-los. A união (na diversidade) nunca fez tanta força (de ação) como no caso dessa dupla minoridade: mulheres e migrantes.

E uma regra que temos é que, o pensamos de uma voz de uma mulher autônoma infelizmente não vai ser igual à uma voz de um coletivo. Por isso é que incentivamos a elas fazerem seus coletivos. Porque muitas mulheres chegam e: ah, eu quero fazer parte da Warmis. E sempre falamos: vamos ajudar você, mas pelos seus coletivos, porque é legal também. [...] Na realidade queremos é criar mais coletivos porque assim vamos nos fortalecer. Tanto que conseguimos entrar na conferência municipal de políticas para mulheres, a estadual nos chamou porque estamos articuladas e foram dois participantes para Brasília, para o encontro (MOYA, 2016).

Articulação mais que necessária quando se considera toda a vulnerabilidade da mulher migrante, até em seu lugar de trabalho e entre os membros de sua comunidade. Por isso Jobana Moya (2016) não hesita em denunciar todos os níveis da violência de gênero.

Tem muito estupro dentro das oficinas, de crianças e de mulheres. Porque se você vê a imigração andina, a maioria vem muito novinha. Dezesesseis, dezenove, vinte anos. Engravidam muito rápido, por quê? Engravidam rápido para se sentirem seguras. Porque você solteira dentro da oficina, ou o dono da oficina ou algum costureiro vai abusar de você. Você está disposta? Ora, se você está casada, você está protegida. Então elas casam muito rápido. Se você vê as meninas grávidas, elas são muito novas, muito novinhas. Então, por isso também fazemos oficinas de cuidados que se tem na gravidez, e o que tem que comer, como cuidar do bebê. Porque são coisas que uma mulher obviamente pode ter uma noção, mas elas são muito pequeninas (MOYA, 2016).

Segundo Jobana Moya (2016), muitas das bolivianas imigradas engravidam em torno de 16 anos. Elas vêm para ajudar suas famílias, e a maioria são pessoas do interior, do campo e também muito vulneráveis, e o destino muitas vezes é o casamento. “O marido vai defender você, vai cuidar de você, ninguém vai...”. A ativista aponta que as imigrantes têm medo da separação e por isso também não denunciam seus maridos em caso de violência doméstica. Além do fato que, na maioria das vezes, desconhecem por completo seus direitos mais elementares.

Você separa e volta à Bolívia, você não vai ficar, uma mulher sem honra?! É uma situação muito difícil. E elas então vão ficando. Eu já conheci um caso de uma menina que ela apanhou tanto que ela ficou com transtornos mentais porque o cara bateu muito na cabeça dela. E caso de óbito, assim, o que mais sai, ou de bêbados que se matam. É uma situação que se olha, que às vezes, a mim me deixa desesperada. Não, porque você também não pode denunciar porque são irregulares, então a polícia federal não... E acontece que, porque não denuncia?! Porque primeiro a polícia vai ver se eles são regulares, se tem os documentos e tudo, antes de ver se ela está sofrendo situação de violência. Então, essas mulheres... (MOYA, 2016).

Jobana Moya e o coletivo “Warmis – Convergência das Culturas” são um exemplo de sucesso na luta contra a discriminação e violência contra a mulher migrante. Mas também são a prova da necessidade das mulheres migrantes se organizarem em coletivo e associações para poder conquistar voz própria – primeiro passo na batalha contra a injustiça histórica apontada no início deste texto. Mas se essa injustiça é fundadora de nossa civilização, os meios e estratégias de luta contra ela precisam, como vimos ao longo desta análise, ser continuamente aprimorados, atualizados e adaptados ao contexto histórico.

Considerações finais

Como se pode constatar, a discriminação e violência contra as mulheres migrantes é um problema grave e urgente; um sintoma social que reflete a incompletude do processo histórico de construção e consolidação das ideias de cidadania, justiça e igualdade. No

entanto, há de reconhecer também todo o avanço conseguido no sentido de luta pelos direitos humanos e dignidade da pessoa. Conquistas valiosas que são o fruto de uma longa história de lutas e de saber-fazer associativo, do qual Jobana Moya e outras mulheres-migrantes-militantes são as herdeiras diretas.

Antes ignoradas, caladas e rechaçadas, as mulheres em geral, e as migrantes em particular, tiveram que se organizar associativamente para disputar seu direito à fala e conquistar a cidadania social, cultural e política. A luta é delas, mas a lição é para todas as minorias e grupos subalternos que são obrigados a enfrentar e desafiar a injustiça e a opressão cotidianamente, e nos menores detalhes de sua vida.

Enfim, conforme explicitado inicialmente, a reflexão aqui exposta não pretende a algum tipo de causalidade linear em seu desenvolvimento. As peças componentes da análise constituem recortes significativos que visam deixar transparecer uma imagem inteligível do ativismo migratório feminino na contemporaneidade, a partir tanto do histórico de lutas femininas como da genealogia discursiva de exclusão e opressão da mulher no Ocidente. Entre História e histórias, optamos por um método misto que, ao conciliar aspectos conceituais e outros factuais, não busca trazer respostas definitivas, mas, antes, provocar as interrogações certas.

Referências

ALONSO, Â. **As teorias dos movimentos sociais**: um balanço do debate. 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

ANDRADE, D. Mulher, mulata e migrante: modalidades representativas de uma tripla alteridade em jornais da Europa. 2015. 528 f. **Tese** (Doutorado em Comunicação e Cultura) Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

ASBRAD. Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude. Direitos Humanos e gênero no cenário da migração e do tráfico internacional de pessoas. In: **Cad. Pagu**. Campinas, n 31, p. 251-27, dez 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332008000200012&lng=pt&nrm=iso> . Acesso em: 27 jul. 2018.

BASSANEZI, M. S. Mulheres que vêm, mulheres que vão. In: BASSANEZI, Maria Silvia, PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

BOTEGA, T. Dignidade humana e mulheres migrantes. In: **Resenha Migrações na Atualidade**, n. 101, 2015. Disponível em: < <https://www.csem.org.br/artigo/dignidade-humana-e-mulheres-migrantes/> >. Acesso em: 09 jul. 2017.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. **A escrita da história: novas perspectivas**. In: BURKE, Peter (org.). São Paulo: Editora UNESP, 2011.

COGO, D. Comunicação, migrações e gênero: famílias transnacionais, ativismos e usos de TICs. **Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.** [online]. 2017, vol.40, n.1, pp.177-193. ISSN 1809-5844.

CRENSHAW, K. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero**. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

DAVIS, N. Z. **Nas margens: três mulheres do século XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DEL PRIORE, M. (org.); BASSANEZI, C. (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/2013.

DOMINGUES, C.; MAIA, J. Narrativas do cotidiano: As mulheres constroem História. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 38., 2015, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/busca.htm?query=as+narrativas+do+cotidiano>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

DUBY, G. **Eva e os padres**. Damas do século XII. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

EQUIPE DE BASE WARMIS – Convergência das Culturas. Site. Disponível em: <<http://www.warmis.org>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1999.

GOHN, M. da G. **Novas Teorias dos movimentos sociais**. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **Movimentos sociais e sedes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 8 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MEZZADRA, S. Multidão e Migrações: a autonomia dos migrantes. **Revista Pós-Eco**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2. 2012.

MOYA, J. Entrevista realizada pelos autores em 22 de maio de 2016. São Paulo.

PERES, R. G. et al. **Mulheres na fronteira Brasil – Bolívia**: primeiros resultados. Disponível em: < http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/divers17-07/010051113.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2016.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. In: **Redalyc**. 2008. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/html/703/70311249015/>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SCHUMAHER, S.; V, E. (Orgs.). **Dicionário Mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade bibliográfico e ilustrado/ Organizado por Schuma Schuma, Erico Vital Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

STEARNS, P. N. **História das relações de gênero**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2015.

TEDESCHI, L. A.; COLLING, A. M. Os Direitos Humanos e as questões de Gênero. In: **História Revista – Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás**. 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/32992/22740>>. Acesso em: 20 ago. de 2018.

TELLES, L. F. Mulher, mulheres. In: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

*Recebido em 30/05/2018
Aprovado em 18/08/2018*